

política

Atingidos pelas enchentes no Estado vão receber auxílio de R\$ 5,1 mil do governo federal

Recurso será disponibilizado como verba imediata destinada às pessoas que perderam seus bens devido às cheias

/ CLIMA

Bárbara Lima, de São Leopoldo
barbaral@jcrs.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retornou ontem ao Rio Grande do Sul acompanhado de uma comitiva de ministros para fazer novos anúncios à população atingida pelas cheias no Estado.

Desta vez, ele desembarcou no município de São Leopoldo, no Vale do Sinos, região fortemente afetada pela catástrofe climática. O ministro chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT), anunciou, que o governo federal irá distribuir um auxílio de R\$ 5,1 mil para as famílias que perderam tudo nas enchentes.

“Será uma verba para quem perdeu geladeira, fogão. É uma verba imediata”, afirmou. As pessoas atingidas poderão receber os pagamentos do Vale Reconstrução via aplicativo da Caixa Federal, via Pix. Os pagamentos se darão em parcela única.

O impacto inicial previsto para os cofres é de R\$ 1,2 bilhão. O processo será coordenado com a Defesa Civil Nacional, em parceria com Defesa Civil Estadual, Municipal ou Secretaria de Assistência Social.

Antes do ato, que contou com discursos políticos, Lula visitou um abrigo e conversou com pessoas atingidas pelos alagamentos.



Comitiva de Lula e ministros participou de ato em São Leopoldo para anúncio de novas medidas ao RS

O ato foi realizado na Unisinos, uma das maiores universidades privadas do País.

O petista anunciou o programa batizado Vale Reconstrução, que dará R\$ 5,1 mil a famílias atingidas para investir na compra de itens perdidos com as enchentes. Também afirmou que 21 mil novas famílias serão incluídas no Bolsa-Família.

O mandatário assinou, ainda, a medida que nomeia Paulo Pimenta (PT), atual titular da Secretaria de Comunicação Social

(Secom) como ministro extraordinário de Reconstrução do RS.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, lamentou a disseminação de fake news em meio à tragédia e criticou Bolsonaro. “A partir da sua eleição (Lula) e da constituição do nosso governo, o Ministério da Saúde volta a fazer aquilo que sempre deveria ter feito e não foi feito durante a pandemia da Covid-19, que é coordenar todo esforço nacional para salvar vidas.”

Rui Costa foi o responsável por detalhar as medidas. O auxí-

lio de R\$ 5,1 mil, por sua vez, deve ser pago em parcela única. Segundo um integrante do governo, o dinheiro poderá ser usado para compra de itens da linha branca, como geladeira e máquina de lavar, ou marrom, como televisores e outros eletroeletrônicos.

O governador Eduardo Leite (PSDB) participou da cerimônia. Ele afirmou que às vezes as pessoas podem ficar “chateadas” com solenidades, mas que elas são importantes para gerar esperança no futuro e comemorar avanços para

Outros benefícios anunciados para os atingidos

► **FGTS Saque Calamidade/emergência** - qualquer cidadão com saldo na conta do FGTS, poderá sacar o valor máximo de R\$ 6.220,00.

► **Bolsa Família** - antecipação do pagamento para 17 de maio.

► **Bolsa Família** - mais 21 mil famílias que preenchem os requisitos do PBF no RS entrarão na folha de pagamento de junho.

► **Antecipação do Calendário de pagamento do Abono Salarial 2024** para maio para o total de trabalhadores habilitados, cujo estabelecimento empregador esteja nos municípios com reconhecimento federal de calamidade/emergência.

► **Liberação de 2 parcelas adicionais do Seguro-Desemprego** a desempregados que já estavam recebendo o benefício na data do reconhecimento federal de calamidade pública.

► **Restituição do Imposto de Renda** no 1º Lote para contribuintes do RS.

combater a situação de crise.

Também esteve presente o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, além de autoridades estaduais e locais.

Programa prevê moradia para quem perdeu casa

Em ato realizado no auditório da Unisinos, em São Leopoldo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem que “todo

Outros benefícios para financiamento habitacional

► Além dos programas anunciados de compra de moradia por parte do governo federal, também foram anunciados a suspensão das parcelas do FGTS e MCMV por seis meses.

► O tempo para usar saldo do FGTS para pagar parcelas em atraso também aumentou, de 6 para 12 meses. No caso de novos contratos de financiamento, os beneficiários do Estado terão carência de 180 dias.

mundo que perdeu casa nas enchentes terá moradia.”

O ministro chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT), explicou os programas de moradia. Ainda que não haja um levantamento real sobre o número de casas destruídas, o governo está montando uma estratégia para que pessoas possam fazer a compra de suas casas.

Uma das opções para isso será a reforma de prédios públicos da União desocupados. Imóveis em processo de leilão da Caixa e Banco do Brasil que estejam desocupados serão readquiridos pelo governo federal para virar moradias.

O morador que foi afetado pelas enchentes em áreas urbanas também pode buscar um imóvel que, estando nos padrões do pro-

grama Minha Casa Minha Vida (MCMV), faixas 1 e faixa 2 será pago o valor pelo governo. Para as famílias Faixas 1 e 2, o limite do valor do imóvel varia entre R\$ 190 mil e R\$ 264 mil.

O governo também fará o aproveitamento de propostas inscritas e não selecionadas na seleção do MCMV em 2023 e uma nova seleção para os municípios em que os itens as outras medidas não sejam suficientes para suprir a demanda dos desabrigados.

“As prefeituras e o estado também poderão fazer retrofit, que é pegar prédios que antes eram escritórios, por exemplo, e adaptá-los para moradia”, acrescentou Costa.

As casas destruídas em áreas rurais ainda terão um programa específico elaborado.

Entidades empresariais entregam programa conjunto de recuperação

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-RS), a Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Far-sul) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) constituem um grupo que elaborou o Programa de Recuperação Econômica e Social do Rio Grande do Sul, batizado de Resgate-RS.

A iniciativa engloba sete projetos legislativos que abrangem

as três esferas: federal, estadual e municipal. Coordenado pelas federações empresariais, e tendo como suporte técnico o advogado Rafael Pandolfo, o programa proposto foi entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ontem, na visita realizada ao Rio Grande do Sul.

Segundo reforçam as entidades, “a partir da premissa de que não há capacidade contributiva em meio à destruição, a necessidade de aprovação dos projetos é clara e urgente: assegurar as medidas tributárias necessárias para a reconstrução da atividade econômica, dos empregos e das vidas de milhões de pessoas”.